



ATA DA 273ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO CFESS, ocorrida no dia 08 de julho de 2023, GESTÃO (2023-2026): Que nossas vozes ecoem vida-liberdade.

1 Aos oito dias de julho de dois mil e vinte e três, reuniram-se, de modo virtual, na plataforma
2 Microsoft Teams, as (os) conselheiras (os) constantes da lista de presença em termo próprio,
3 para participarem da 273ª Reunião Extraordinária de Conselho Pleno, conforme convocação, por
4 meio da Comunicação Interna CFESS nº 34/2023, de 21 de junho de 2023. Estiveram presentes à
5 reunião as (os) seguintes conselheiras (os): Kelly Rodrigues Melatti (presidenta), Marciângela
6 Gonçalves Lima (vice-presidenta), Emilly Marques (1ª secretária), Alana Barbosa Rodrigues (2ª
7 secretária), Agnaldo Engel Knevez (1º tesoureiro), Larissa Gentil Lima (2ª tesoureira), Jussara de
8 Lima Ferreira (conselho fiscal), Angelita Rangel Ferreira (conselho fiscal), Elaine Amazonas Alves
9 dos Santos (conselho fiscal), Ubiratan de Souza Dias Júnior (1ª suplente), Mirla Cisne Álvaro (2ª
10 suplente), Karen Albini (3ª suplente), Sandra Maria Amorim da Rocha (4ª suplente), Tales Willyan
11 Fornazier Moreira (5ª suplente), Adriana Soares Dutra (6ª suplente), Iara Vanessa Fraga de
12 Santana (7ª suplente), Raquel Ferreira Crespo de Albuquerque (8ª suplente). Das (os)
13 trabalhadoras (es) participaram as assessorias em Serviço Social Cristina Abreu e Zenite Boga, a
14 assessoria jurídica Natália Faraj, Sylvania Terra e Vitor Alencar, a assessoria de comunicação
15 Rafael Werkema, a coordenadora de Relações Técnico-Institucional (CRTI) Adriane Tomazelli e o
16 coordenador Administrativo-Financeiro (CAFI) Lucas Figueiredo. Havendo o quórum iniciou-se
17 os trabalhos às nove horas e dez minutos (09h10min), com os cumprimentos da conselheira
18 presidenta Kelly Melatti. **Pauta da reunião:** Em seguida, apresentou-se a pauta, que foi apreciada
19 e lida, com pedido de dois ajustes na ordem das comissões, sendo a antecipação da Comissão de
20 Comunicação e da Comissão de Ética e Direitos Humanos. Foram ainda deliberadas as respectivas
21 coordenações da reunião e registros de memória. Logo após, a pauta foi aprovada. **Leitura e**
22 **aprovação da ata do pleno anterior:** Foi realizada pela secretaria a leitura da ata da 272ª Reunião
23 Ordinária de Conselho Pleno, que foi aprovada. **Encaminhamento:** Publicação no site e no portal
24 da transparência (Responsáveis: Comunicação e CNP). **Reordenamento da Gestão 2023-2026:**
25 Após o retorno da conselheira Jussara Ferreira, foi aprovado o reordenamento da gestão.
26 **Encaminhamento:** Publicação da Resolução em DOU, no site e no portal da transparência
27 (Responsável: CNP e Comunicação). **Informações e reflexões gerais sobre os encontros**
28 **descentralizados e nacional:** A conselheira Kelly Melatti trouxe algumas informações sobre a
29 preparação para os descentralizados, com produção de material pelas assessorias que resgata as
30 propostas já realizadas pelo conjunto CFESS-CRESS. Dentro da preparação para os
31 descentralizados, foi proposto que as (os) conselheiras (os) e assessorias se organizem em grupos
32 de WhatsApp para questões operacionais e políticas nos encontros regionais. Para o Encontro
33 Nacional, foi apresentada a composição da comissão organizadora composta pelas conselheiras
34 do Cfess e do Cress 8ª Região/DF, conforme estabelece o parágrafo 4º do art. 14 do Estatuto do
35 Conjunto Cfess-Cress: pelo Cfess, as conselheiras Kelly Melatti, Alana Barbosa Rodrigues,

36 Marciângela Gonçalves Lima e Emily Marques, e pelo Cress-DF: as conselheiras Karina Aparecida
37 Figueiredo, Gislaine Andrea Almeida de Medeiros, Shirlei Pereira Gomes dos Santos e Ana Luíza
38 Ribeiro. Foi ainda informada sobre a reunião online com a comissão organizadora agendada para
39 o dia 11 de julho às 17h30. Foi sugerido que, para o Encontro Nacional, a temática seja os “10
40 anos das jornadas de junho e os desafios para organização da classe trabalhadora.” O assessor
41 de comunicação Rafael Werkema destacou que esse ano será o 50º Encontro Nacional do
42 Conjunto CFESS-CRESS, sendo um importante marco histórico. O pleno trouxe reflexões sobre a
43 organização e as memórias de resistência em busca de vida-liberdade e a própria analogia às
44 catracas nas jornadas de junho de 2013. Outros marcos históricos foram pontuados e que podem
45 ser transversais a temática central do Encontro Nacional, como os 30 anos do Código de Ética e
46 da lei de regulamentação da profissão. A assessora em Serviço Social Cristina Abreu lembrou que
47 no 40º Encontro foi realizado um resgate histórico de todos os que ocorreram anteriormente,
48 através de um vídeo, e que esse material poderia subsidiar outros a serem utilizados no 50º
49 Encontro. Também foi submetido ao pleno o convite a ser realizado para a escritora Conceição
50 Evaristo para participação do Encontro Nacional, abordando a pauta antirracista.
51 Encaminhamento: Elaborar uma proposta de minuta de convite para consultar a agenda da
52 convidada. (Responsável: Conselheiro Tales Fornazier). **Apresentação das propostas por**
53 **comissões:** •**Comissão Administrativo Financeiro:** O conselheiro Ubiratan Dias elencou como
54 prioridades pela comissão o enfrentamento à inadimplência, ou pelo desconhecimento ou falta
55 de apropriação da política, reafirmando o documento vigente com a atualização da Política
56 Nacional de Enfrentamento à Inadimplência de 2017, inclusive com os aperfeiçoamentos feitos
57 pela gestão do triênio passado, identificando os acúmulos e estratégias de experiências exitosas.
58 A assessora em Serviço Social Zenite destacou que essa precisa ser uma ação permanente do
59 conjunto, suas etapas de efetivação e isso precisa ser reafirmado nos descentralizados. Foi
60 resgatada pela assessora em Serviço Social a pesquisa com as (os) profissionais que buscaram os
61 CRESS para regularizar os débitos durante a campanha nacional “A luta por um Serviço Social
62 forte depende também de você – Regularize seus débitos junto aos CRESS”, realizada no ano de
63 2013. O assessor jurídico Vitor Alencar destacou as Resoluções 777, 829 e, principalmente a 954
64 que alterou várias normas, inclusive a própria política, revogando a possibilidade de suspensão.
65 Dessa forma, a proposta do conselho pleno foi de “Realizar estudos sobre a implementação da
66 Política de Enfrentamento à Inadimplência do Conjunto Cfess-Cress, com vistas ao fortalecimento
67 das ações, atualização do texto da Política e definição de conceitos que a compõem”. Também
68 foi discutido o documento Diretrizes para a Gestão do Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS, com
69 a possibilidade de construirmos uma Política de Gestão do Trabalho. Considerando a diversidade
70 e autonomia dos regionais e com a perspectiva de garantir a participação de trabalhadores (as),
71 refletimos que a política deve ser construída por cada regional e pelo CFESS, a partir das
72 diretrizes, sendo a proposta “Aprimorar o documento de diretrizes para gestão do trabalho no
73 Conjunto Cfess-Cress”. Destacamos que o CFESS avançou com a consideração da necessidade de

74 qualificar a Gestão do Trabalho. Sobre a gestão documental e as normativas legais vigente,
75 pontuamos a necessidade de monitoramento da Política de Gestão Documental. Quanto ao
76 Código eleitoral, dialogou-se sobre a necessidade de atualização ou revisão do código eleitoral,
77 considerando as cotas e demais debates relacionados ao calendário eleitoral, concluímos em
78 “Avaliar coletivamente o processo eleitoral com o objetivo de identificar as potencialidades e as
79 dificuldades das eleições, definir estratégias para normatização das cotas na constituição das
80 chapas”. Sobre o tema gestão administrativa, refletimos sobre a necessidade de “Construir
81 diretrizes nacionais para elaboração do plano de metas/ ação anual e relatórios de gestão (trienal
82 e integrado), como desdobramento do planejamento trienal do Conjunto Cfess-Cress”.

83 • **Comissão de Formação Profissional:** O conselheiro Tales Fornazier elencou como prioridades
84 para a comissão o fortalecimento dos espaços de formação profissional continuada com a
85 proposta de “Debater a Política Nacional de Educação Permanente do Conjunto Cfess/Cress e
86 aprimorar a concepção posta nas questões relacionadas aos termos de "formação continuada";
87 "educação permanente"; "capacitações"; dentre outros”. Sobre a residência e formação em
88 trabalho, a comissão entendeu a necessidade de dialogar com as regiões e estados sobre esse
89 tema prioritário. A comissão ainda pontuou que algumas propostas podem surgir nos encontros
90 descentralizados como: o estágio de pós-graduação em Serviço Social e proposta de
91 especialização. Sobre o Fórum de Formação e Trabalho com Qualidade em Serviço Social, foi
92 destacada a necessidade de se resgatar as bandeiras do Plano de Lutas Conjunto das Entidades
93 em Defesa da Formação e Trabalho com qualidade. Também foi pontuado que é importante se
94 propor a avaliação do processo dessa organização no espaço do fórum. Foi refletido ainda que a
95 proposta consolidada é “Participação nos Fóruns em defesa da Formação e do Trabalho com
96 qualidade em Serviço Social para o fortalecimento das bandeiras contidas no Plano de Lutas do
97 Conjunto das Entidades do Serviço Social.”; • **Comissão de Relações Internacionais:** A
98 conselheira Mirla Cisne trouxe as reflexões da comissão e pontuou como tema prioritário a
99 formação sobre a América Latina e o Caribe, com a proposta de “Realizar uma formação sobre
100 as particularidades da América Latina e Caribe no contexto mundial, promovendo troca de
101 experiências entre assistentes sociais latino-americanas e caribenhas.” Também foi construído
102 um novo tema relacionado aos países africanos de língua portuguesa, com a proposta de
103 “Aproximar e apoiar a organização da categoria nos países africanos de língua portuguesa”;

104 • **Comissão de Comunicação:** A conselheira Emilly Marques elencou as prioridades pela comissão,
105 dentre elas: o tema do Dia 15 de Maio de 2024, sendo a sugestão: "Informação com qualidade é
106 instrumento de trabalho para assistente social e direito para a população usuária: a dimensão
107 político-pedagógica da profissão para a defesa dos interesses da classe trabalhadora", tendo
108 como elementos para o debate: Atualidade da pauta sobre o enfrentamento à desinformação
109 (Deliberação FNDC: defender junto ao governo federal estratégias que apresentem o direito à
110 comunicação das/os usuárias/ os das políticas sociais por meio de uma política de comunicação
111 que combata a desinformação); PL Fake News; Informação com qualidade não só possibilita

112 direitos, como salva vidas: na pandemia, orientações sobre a vacina salvou vidas; Relevância para
113 a categoria, população e sociedade em geral da qualidade da informação e do
114 conhecimento/acúmulo da categoria sobre as políticas sociais e os direitos da população usuária;
115 Reafirmação da dimensão político-pedagógica e educativa do trabalho profissional; Valorização
116 da profissão; Quanto ao tema da Campanha de Gestão do Triênio 2023-2026: "Retratos de uma
117 profissão para enfrentar o conservadorismo e fascismo: a resistência cotidiana do Serviço Social
118 na luta pela radicalidade democrática", com os seguintes elementos para o debate: Proposta de
119 debate sobre o processo de avanço do conservadorismo/fascismo no país, e reverberação na
120 categoria profissional, na direção da atuação do Serviço Social na desconstrução deste processo.
121 Ideia de mostrar ações profissionais nos diversos espaços na luta pela radicalidade democrática,
122 juntamente com a valorização da profissão e da atuação profissional; Autoritarismo; Liberdades
123 democráticas; Pluralismo; Materialização do princípio de radicalização democrática; A
124 democracia interna no Conjunto CFESS-CRESS; a retomada dos espaços de participação e
125 controle social; o enfrentamento as políticas antifeministas, antitrans, antilgbtqia+, mito da
126 democracia racial; Quanto ao tema comunicação como direito humano, a nova proposta foi
127 "Debater o conceito, a finalidade e a técnica da audiodescrição, da descrição da imagem e do
128 texto alternativo para aprimorar seu uso no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS"; Quanto ao tema
129 Fortalecimento da Política Nacional de Comunicação, foi elencada a nova proposta: "Atualizar os
130 materiais nacionais sobre a profissão (Folder Assistente Social e Cartaz Serviço Social), com
131 versões exclusivas para as redes sociais"; Uma nova proposta também foi explanada: "Atualizar
132 os materiais nacionais sobre a profissão (Folder Assistente Social e Cartaz Serviço Social), com
133 versões exclusivas para as redes sociais". Compromisso dos regionais em articular lutas no
134 território, aproximando-se de fóruns ou coletivos que lutam pela democratização da
135 comunicação; Para o seminário de Comunicação, a nova proposta apresentada foi realizar 7ª
136 edição do Seminário Nacional de Comunicação CFESS-CRESS antecedendo o 51º Encontro
137 Nacional CFESS-CRESS, com temática a definir; •**Comissão de Seguridade Social:** A conselheira
138 Karen Albin trouxe o debate realizado na comissão, que elencou as prioridades a seguir. No
139 tema: Defesa da seguridade social ampliada e defesa do Serviço Social nessas políticas, foram
140 definidas duas prioridades que são: 1) "Intensificar ações em defesa da garantia de orçamento e
141 investimento em políticas públicas, pela revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016 e
142 contra o novo "arcabouço" fiscal (2023)" e, 2) "Intensificar ações em defesa da garantia de fundo
143 público exclusivo para o financiamento de uma Seguridade Social universal, ampla e pública e
144 defender uma reforma tributária que reduza desigualdades e promova justiça social"; No tema:
145 Participação nos espaços de controle social nas políticas sociais foi definida a prioridade de
146 "Fortalecer os espaços de controle social no âmbito das políticas públicas, bem como apoiar e
147 defender o retorno dos conselhos e conferências que foram extintos nos últimos anos, em
148 conjunto com a ampliação da participação crítica das/os assistentes sociais nesses espaços de
149 participação social"; Quanto ao tema Serviço Social, arte e cultura, os temas priorizados são: 1)

150 “Promover ações que aprofundem o debate na perspectiva da defesa do acesso a Política de Arte
151 e Cultura, como um direito social, no âmbito do acesso as cidades e da Educação Popular”, e 2)
152 “Garantir o debate de arte e cultura nas comissões de seguridade social ampliada do conjunto
153 CFESS-CRESS”; Foram criados temas novos em que as respectivas propostas ficavam vinculadas
154 ao tema de Seguridade Social Ampliada. No tema: Política de Assistência Social as propostas
155 construídas são: 1) “Priorizar ações em defesa da Assistência Social como direito, e do Suas como
156 política pública e as condições de trabalho dos/as assistentes sociais e demais trabalhadores/as,
157 na perspectiva de garantia da qualidade dos serviços prestados à população”, e 2) “Priorizar
158 ações em defesa do fortalecimento da Gestão do Trabalho do SUAS por meio das incidências
159 políticas e inserção nos Fórum de Trabalhadores/as do SUAS, participação em Conselhos,
160 participação em Conferências e Frentes em Defesa do SUAS para fortalecer as condições dos/as
161 trabalhadores/as, Políticas de Educação Permanente, Concursos Públicos, e a instalação da mesa
162 de negociação”; No tema Política de Previdência Social, a proposta elaborada foi “Desenvolver
163 ações de defesa da previdência social pública, dos direitos e serviços previdenciários (serviço
164 Social e Reabilitação profissional), em detrimento da Emenda Constitucional - E.C 103/2019 e do
165 processo de reestruturação do INSS, que compromete o acesso da população usuária e as
166 condições de trabalho dos/as trabalhadores/as”; No tema Pessoas com Deficiência, a sugestão
167 de proposta foi “Defender e Acompanhar a implementação do Índice de Funcionalidade
168 Brasileiro Modificado – IFBrM, aprovado pelo CONADE através da Resolução nº 01/2020, como
169 modelo único de avaliação da deficiência para acesso às diversas políticas públicas de direitos
170 das pessoas com deficiência, bem como, sua validação pelo governo federal, considerando a
171 concepção ampliada de deficiência e da pessoa com deficiência, estabelecidas, na convenção da
172 ONU 2007, Lei Brasileira da Inclusão nº 13.146/158, LOAS – Lei nº 8.742/93 e Lei Complementar
173 nº 142/13”; No tema Política de Saúde as quatro propostas elaboradas são: 1) Intensificar ações
174 em defesa do SUS e das condições de trabalho dos/as assistentes sociais, na perspectiva de
175 responsabilização do Estado na condução das políticas sociais e contra as diversas modalidades
176 de privatização da saúde, em articulação com entidades sindicais, conselhos de saúde, os Fóruns
177 e a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde; 2) Fortalecer a luta pela efetivação da
178 reforma psiquiátrica e dos mecanismos de atenção aos/às usuários/as dos serviços de saúde
179 mental, álcool e outras drogas, de base comunitária e de orientação com a política de redução
180 de danos, em articulação com o controle social e os movimentos sociais, na perspectiva de
181 ampliação e consolidação de uma rede substitutiva pública e estatal, capaz de sustentar uma
182 ação integral e antimanicomial, com ênfase no território e respeito aos direitos humanos. 3)
183 Construir ações de enfrentamento à internação compulsória, em comunidades terapêuticas ou
184 unidades acolhedoras de pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, reafirmando
185 posicionamento contrário ao financiamento público para instituições privadas. 4) Realizar o 2.º
186 seminário de saúde mental na perspectiva da luta antimanicomial, do antiproibicionismo e do
187 antipunitivismo, precedido por seminários/atividades estaduais; No tema da Política de

188 Educação, foram elaboradas as propostas: 1) “Incidir junto à gestores estaduais e municipais,
189 para a efetiva implementação da lei 13.935/2019, que prevê a inserção de Assistentes Sociais e
190 Psicólogos/as nas redes públicas de ensino, na perspectiva da defesa da educação integral.”,
191 articulando com outras categorias profissionais, movimentos sociais, sindicatos e espaços de
192 controle social, e fóruns, ligados à construção de uma Política de Educação pública, gratuita,
193 presencial, democrática, laica e de qualidade. 2) “Defender o acesso à educação básica,
194 profissional e superior, potencializando um exercício profissional e articulando com outras
195 instâncias políticas para a elaboração e aprovação de uma política nacional de assistência
196 estudantil, com a obrigatoriedade da participação do/a assistente social na equipe de referência,
197 na gestão e operacionalização dessa política.” No tema Reforma Agrária, a proposta foi
198 “Participar de ações políticas em defesa da reforma agrária, do direito à água, da regularização
199 fundiária dos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais, (quilombolas, povo de
200 terreiro, ribeirinhas, pescadoras artesanais, entre outras), atingidas por barragens, por
201 mineração, em contraposição ao agronegócio”. No tema População em situação de rua foi
202 construída a proposta “Realizar ações que incidam junto a implementação de diversas políticas
203 de atendimento para a população em situação de rua articulada com o Movimento da População
204 de Rua e outros movimentos sociais.”; No tema Habitação/ Direito a Cidade com a proposta
205 “Fortalecer lutas pelo direito à cidade com acessibilidade nos espaços urbanos e do campo, tendo
206 como horizonte a justiça ambiental.”; No tema: Política da Criança e do Adolescente, foi
207 construída a proposta “Defender os direitos de crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e
208 do Adolescente (Eca) e legislações complementares na perspectiva da proteção integral com
209 entendimento deste público como sujeitos políticos.” No tema Renda Básica, a proposta
210 construída foi “Manter articulação permanente com a rede socioassistencial em defesa da
211 ampliação e da desburocratização do acesso à renda básica de cidadania de valor não inferior a
212 1 salário-mínimo, pautado nas condições de vida da/o usuária/o e não no recorte absoluto de
213 renda e em práticas fiscalizatórias do Estado sobre a população”; •**Comissão de Orientação e**
214 **Fiscalização:** A conselheira Marciângela Gonçalves apresentou as propostas prioritárias para a
215 comissão. Com o tema novas configurações no mundo do trabalho, a proposta é: a) Aprimorar
216 as resoluções 493/2006 e 556/2009 considerando as novas configurações do mundo do trabalho
217 e a necessidade da garantia de acessibilidade; com o tema trabalho mediado por TICs
218 (Tecnologias de Informação e de Comunicação) e teletrabalho, a proposta é realizar estudos
219 sobre o impacto das TICs no trabalho profissional; no tema Estágio de Pós-graduação, a proposta
220 é desenvolver ações de orientação e fiscalização junto aos espaços onde há estágio de Pós-
221 graduação; no âmbito do tema das atribuições privativas e requisições indevidas, as propostas
222 são: a) Construir e socializar materiais técnico-políticos produzidos no Conjunto Cfess-Cress de
223 orientação ao trabalho profissional; b) Fortalecer ações de educação permanente, visando a
224 identificação das requisições indevidas no cotidiano profissional; No tema Implementação da Lei
225 13.935/2019 – Serviço Social na Educação Básica, as propostas são a) Incluir a área da educação

226 básica como espaço estratégico das ações de Fiscalização, com vistas a subsidiar e sistematizar
227 dados sobre a atuação profissional na área; b) Realizar o 2º Seminário Nacional Serviço Social na
228 educação; No tema Trabalho na fiscalização da profissão, a proposta foi promover espaços para
229 debater o exercício profissional da/o assistente social na orientação e fiscalização profissional,
230 em consonância com as Políticas Nacionais de Fiscalização e de Educação Permanente do
231 Conjunto Cfess-Cress. No tema Alienação Parental, a proposta é a) Difundir a Nota Técnica “O
232 trabalho de assistentes sociais e a Lei de Alienação Parental” (LEI 12.318/2010) além de somar à
233 luta coletiva pela revogação da lei, sendo essa segunda parte remetida para o eixo da ética e
234 direitos humanos. No tema produtividade no trabalho profissional, as propostas são identificar
235 os espaços sócio-ocupacionais que estão cobrando produtividade e incidindo na qualidade dos
236 serviços prestados à população, como responsabilidade dos CRESS; e elaborar estudo sobre os
237 impactos das exigências de produtividade no trabalho profissional, como responsabilidade do
238 CFESS; sobre o tema Justiça Reprodutiva, a proposta é difundir a Nota Técnica "A importância
239 ética do trabalho de assistentes sociais nas diferentes políticas públicas para a garantia do direito
240 à vida das mulheres e para a materialização do direito ao aborto legal", considerando pesquisa
241 de que profissionais de saúde são principais denunciadores das pessoas gestantes. • **Comissão de**
242 **Ética e Direitos Humanos:** A conselheira Kelly Melatti apresentou os temas e propostas
243 construídas na comissão. No tema Laicidade do Estado, as propostas elaboradas foram: 1)
244 “Promover debates e reflexões acerca da laicidade do Estado e sua reverberação nas políticas
245 sociais”; 2) “Elaborar resolução que verse sobre a laicidade no contexto do trabalho profissional
246 de assistentes sociais”; No tema Acessibilidade anticapacitista, as propostas sugeridas foram: 1)
247 “Promover debates e estudos com relação às normativas do Conjunto e seu aprimoramento em
248 face de melhores práticas de acessibilidade à pessoas com deficiência no âmbito dos
249 processamento de denúncias éticas e/ou disciplinares, processos e recursos.”; 2) “Realizar
250 Seminário Nacional Serviço Social e a Luta Anticapacitista, precedido de seminários / atividades
251 estaduais/regionais.”; No tema População em situação de rua, a proposta foi “Promover debates
252 e reflexões sobre o contexto da população em situação de rua sob a perspectiva de direitos
253 humanos, realizando interlocuções com o contexto das políticas sociais e, também, do trabalho
254 profissional de assistentes sociais nessa frente.”; No tema etarismo, a proposta construída foi
255 “Promover debates sobre o etarismo na sociedade contemporânea e os dilemas éticos que
256 envolvem o tema e rebatem na defesa dos direitos humanos e no trabalho profissional de
257 assistentes sociais”; No novo tema Gordofobia, a proposta foi “Promover debates sobre a
258 gordofobia e o controle dos corpos na sociedade contemporânea e os dilemas éticos que
259 envolvem o tema e rebatem na defesa dos direitos humanos e no trabalho profissional de
260 assistentes sociais”; E por fim, no tema Alienação parental, a proposta construída foi “Somar à
261 luta coletiva pela revogação da lei de ALIENAÇÃO PARENTAL (LEI 12.318/2010)”.
262 Encaminhamentos finais: 1) As assessorias irão inserir na planilha diversas informações em
263 coluna adicional contendo as ações realizadas e documentos já publicados sobre os temas e



264 propostas, demonstrando todo o acúmulo do conjunto Cfess-Cress; **2)** A comissão organizadora
265 realizará levantamento junto com as assessorias quanto as pessoas convidadas do Cfess,
266 incluindo as representações externas; **3)** No período anterior ao EN será realizada uma reunião
267 com as representações externas do Cfess. (Responsáveis: CEDH e Seguridade Social.); **4)** No
268 período que antecede o Encontro Nacional será realizada reunião com a Abepss; A Conselheira
269 presidenta Kelly Melatti encerrou a reunião, às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos
270 (17h55m) e as conselheiras secretárias Emilly Marques e Alana Rodrigues lavraram a presente
271 ata, que assinam em conjunto com a Presidenta do Conselho.
Brasília, 08 de julho de 2023.

Kelly Rodrigues Melatti
Conselheira Presidenta

Emilly Pereira Marques
Conselheira 1ª Secretária

Alana Barbosa Rodrigues
Conselheira 2ª Secretária



Documento assinado eletronicamente por **Emilly Pereira Marques, Conselheira Primeira Secretária, Diretoria Executiva, IP de acesso 191.6.36.126,** em 22/08/2023, às 17:58:19, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alana Barbosa Rodrigues, Conselheira Segunda Secretária, Diretoria Executiva, IP de acesso 177.0.16.170,** em 22/08/2023, às 18:03:44, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Rodrigues Melatti, Conselheira Presidente, Diretoria Executiva, IP de acesso 189.84.140.11,** em 23/08/2023, às 11:05:31, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.